

**Companhia de Pesquisa de
Recursos Minerais - CPRM**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e
relatório do auditor independente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Administradores e aos Acionistas do
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)
Brasília - DF**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 28 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia está incluída no Orçamento da União, recebendo recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações. Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R\$ 538.557, sendo R\$ 508.895 para operações e investimentos do ano corrente e R\$ 29.662 para pagamento de despesas de Restos a Pagar. A Companhia em 2018 apresentou Patrimônio Líquido a descoberto no valor de R\$ 9.320. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Conciliação entre o Balanço Publicado e o SIAFI

Chamamos atenção para a nota explicativa 25.1, onde menciona que a Companhia efetuou ajuste na conta de contingência e prejuízos acumulados no montante de R\$ 3.136, este ajuste foi efetuado de forma a permitir a representação adequada dos eventos da Companhia durante o Exercício de 2017 e seus reflexos no patrimônio da entidade, a Companhia apresenta uma conciliação entre o Balanço Patrimonial publicado e o apurado pelo SIAFI com base em 31 de dezembro de 2017. O efeito deste ajuste realizado no exercício de 2017 nas demonstrações contábeis foi registrado no SIAFI em 2018 e desconsiderado nas demonstrações financeiras de 2018 devido ao reconhecimento ter sido observado no exercício anterior, e adicionalmente, conforme descrito na mesma nota explicativa, houveram registros de baixa de obras em andamento que não atendiam os critérios de reconhecimento de ativos e outros valores, totalizando 3.439. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, que deve ser disponibilizado após a data desse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

X 8



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.



MACIEL AUDITORES S/S
2 CRC RS – 5.460/0-O “T” SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRC RS – 71.505/O-3
Sócio Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRC RS – 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>12/2018</u>	<u>12/2017</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>12/2018</u>	<u>12/2017</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	27.401	23.773	Fornecedores	15	8.947	11.359
Contas a Receber	5	203	326	Financiamentos a Pagar	16	19	15
Materiais	6	446	435	Impostos e Encargos Sociais a Pagar	17	51.344	44.573
Impostos a Recuperar	7	1.041	925	Férias e 13o.salário a Pagar	18	40.371	38.118
Adiantamentos para Despesas	8	5.206	5.526	Provisão para Contingências	19	66.574	77.586
Convênios com Entidades Diversas	9	10.650	10.083	Contas e Despesas a Pagar	20	15.624	3.700
Outros Créditos	10	25	51	Convênios com Entidades Diversas	21	5.155	11.426
Total dos Ativos Circulantes		44.972	41.119	Credores Diversos	22	1.672	1.977
				Total dos Passivos Circulantes		189.706	188.754
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Realizável a Longo Prazo	11	26.344	17.624	Financiamentos a Pagar	16	292	264
Investimentos	12	20	20	Impostos e Encargos Sociais a Pagar	17	15.578	17.047
Imobilizado	13	124.920	131.080	Total dos Passivos não Circulantes		15.870	17.311
Intangível	14	0	379				
Total dos Ativos não Circulantes		151.284	149.103	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	23	30.148	30.148
TOTAL DOS ATIVOS		196.256	190.222	Reservas de Reavaliação	24	21.901	22.366
				Prejuízos Acumulados	25	(61.369)	(68.357)
				Total dos Patrimônio Líquido		(9.320)	(15.843)
				TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		196.256	190.222

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Resultados
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

	Nota Explicativa	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	26	2.478	2.522
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	27	(1.010)	(1.904)
LUCRO BRUTO		1.468	618
RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS	28	538.557	532.722
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	29	(527.158)	(536.286)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.867	(2.946)
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS	30	(2.905)	(3.329)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		9.962	(6.275)
Imposto de Renda e Contribuição Social	31	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32	9.962	(6.275)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		3,38	(2,13)

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
 (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2016		30.148	22.832	(62.774)	(9.794)
Resultado do Exercício				(6.275)	(6.275)
Realização da Reserva de Reavaliação			(466)	466	-
Ajuste de Exercícios Anteriores				226	226
SALDOS EM 31/12/2017		30.148	22.366	(68.357)	(15.843)
Resultado do Exercício	32			9.962	9.962
Realização da Reserva de Reavaliação	24		(465)	465	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	25.1			(3.439)	(3.439)
SALDOS EM 31/12/2018		30.148	21.901	(61.369)	(9.320)

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido do Exercício	32	9.962	(6.275)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização		12.524	15.160
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo		28	(10)
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo		3.848	(1.355)
Ajustes de Exercícios Anteriores	25.1	(3.439)	226
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo		(13.045)	0
Ajustes no Ativo Imobilizado		0	16
Provisão de Contingências		(11.012)	3.470
		<u>(1.134)</u>	<u>11.232</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS			
Contas a receber		124	100
Estoques		(11)	1
Impostos a recuperar		(116)	84
Depósitos Judiciais e para Recursos		350	(1.798)
Outros ativos		(95)	(5.619)
		<u>252</u>	<u>(7.232)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS			
Fornecedores		(2.412)	3.009
Salários e Encargos		2.253	249
Contas e Despesas a Pagar		11.923	1.614
Outros Passivos		(1.269)	8.133
		<u>10.495</u>	<u>13.005</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>9.613</u>	<u>17.005</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do Imobilizado		(13.665)	(12.823)
Baixa de Imobilizado		7.301	9.270
Adição/Baixa de Intangível		379	4
Baixa de Investimento		0	0
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(5.985)</u>	<u>(3.549)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>0</u>	<u>0</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.628</u>	<u>13.456</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	23.773	10.317
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	27.401	23.773
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.628</u>	<u>13.456</u>

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;
- Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;
- Realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados com os fenômenos naturais e induzidos ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;
- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação; § 1º De acordo com o disposto no § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, consideram-se: a) recursos minerais: as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como na plataforma submarina; b) recursos hídricos: as águas de superfície e as águas subterrâneas.



A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) possui sede e foro em Brasília/DF e atua em todo o território nacional.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na forma total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e é feita conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Trata-se de Demonstração Contábeis individuais, tendo sido autorizadas pela diretoria executiva em 18.02.2019.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Nota 3 - Resumo das Principais Diretrizes Contábeis

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Conforme Macrofunção STN 020303 – Programação e Execução Financeira, a CPRM possui:

Valores demonstrados na conta limite de saldo que descrevem as funções relacionadas com os processos de Programação e Execução Financeira, de forma a compatibilizar a liberação de recursos com as disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, observando os limites de crédito estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual – LOA.



Assim como, valores demonstrados na conta única do tesouro nacional mantida no Banco Central do Brasil, que é utilizada para registrar a movimentação dos recursos financeiros de responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública e das pessoas jurídicas de direito privado que façam uso do SIAFI por meio de acordo de cooperação técnica firmado com a STN.

b) Contas a Receber

Os valores registrados em contas a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregado. A CPRM não possui contas a receber de clientes.

c) Materiais

Os valores registrados neste item são materiais de consumo, avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição.

d) Impostos a Recuperar

A contabilização do item impostos a recuperar refere-se à apuração do PIS/COFINS sobre a receita de serviços prestados pela CPRM, conforme legislação tributária específica.

e) Adiantamento para Despesas

Os adiantamentos são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

e) Convênios com entidades Diversas

Os recursos de convênios são contabilizados em conta do ativo circulante e seu resultado apurado após a aplicação destes recursos.

f) Financiamentos a Receber

Os financiamentos são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), que teve como objeto estimular os empresários brasileiros a se dedicarem ao ramo da mineração, oferecendo um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral, e assumindo, juntamente com o empresário, os riscos inerentes à mesma.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos.



g) Investimentos

Os itens demonstrados possuem natureza permanente e estão atualizados ao valor patrimonial.

h) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração as estimativas dos critérios vigentes, apropriada ao resultado do exercício) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços que foram adquiridos no curso normal das operações de empresas nacionais.

j) Financiamentos a Pagar

Os empréstimos firmados pela CPRM cujo prazo é superior a um ano entre a assinatura do contrato e seu pagamento final são contabilizados primeiramente como passivo não circulante para depois, na data do balanço, serem transferidos para o passivo circulante. Tais financiamentos estão suportados por contratos específicos.

k) Impostos e Encargos Sociais a Pagar

As obrigações da Companhia com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições são registradas em contas específicas dentro desse item.

l) Salários, Remunerações e Benefícios, Férias e 13º Salários a Pagar

Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

m) Provisão para Contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes são as seguintes: (i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

n) Convênios com Entidades Diversas

A Companhia recebe recursos de convênios que são contabilizados no passivo circulante e seu resultado é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

o) Capital Social

De acordo com os itens 7, 9, 14, 16 e 32 do Parecer nº 90/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF DE 31 de julho de 2017, as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas sem a separação das participações dos controladores e não controladores.

p) Reserva de Reavaliação

Os itens de reserva de reavaliação são demonstrados conforme reavaliação feita à época nos moldes da ferramenta SPIUNet (sistema público de gerenciamento dos imóveis do governo federal) e a realização pela depreciação dos respectivos imóveis.

q) Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

Nota 4 - Caixa e Equivalente de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa é representado pelas contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional, que registram os valores do limite de saque estabelecido pelo órgão central de programação financeira para atender despesas com vinculação de pagamento e para a aplicação de recursos de outras entidades onde a Companhia é conveniente. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresentou saldo de R\$ 27.401 e R\$ 23.773, respectivamente.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Limite de Saque com Vinculação Pagamento	24.969	21.590
Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional	2.432	2.183
Total	27.401	23.773

Nota 5 - Contas a Receber

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se a créditos por cessão de pessoal e por pagamento de despesas de terceiros apropriados pelo regime de competência.



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	R\$ Mil	
	2018	2017
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	203	297
Créditos a Receber por Pagamento de Despesas de Terceiros	-	29
Total	203	326

Ressalta-se a existência de ação proposta pela CPRM em face ao Estado do Amapá, que visa ao ressarcimento das despesas com a cessão do empregado.

Nota 6 - Materiais

Os valores registrados neste grupo referem-se a materiais de consumo, demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Material de Consumo	386	419
Outros Materiais de Consumo	60	16
Total	446	435

Nota 7 - Impostos a Recuperar

Neste grupo são registrados os créditos tributários referentes à COFINS e ao PIS/PASEP apurados após a transmissão da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD –Contribuições). São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros.

	R\$ Mil	
	2018	2017
COFINS a Recuperar/Compensar	849	754
PIS/Pasep a Recuperar/Compensar	184	163
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	8	8
Total	1.041	925

Nota 8 - Adiantamentos para Despesas

São registrados neste grupo os adiantamentos para o atendimento das operações da empresa.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Adiantamento de Férias	1.717	1.834
Adiantamento de Viagens	1.708	1.832
Adiantamento de Salários	3	3
Benefícios Administrados pelo INSS	-	1
Adiantamento a Prestadores de Serviços	1.778	1.856
Total	5.206	5.526

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Nota 9 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de Convênios com Entidades Diversas onde a Companhia é concedente são contabilizados em conta do Ativo Circulante e seu resultado apurado após a sua aplicação.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Município de Serra do Mel - Vigência: 09/2015 à 09/2016 Objeto: Perfuração de um poço profundo para reforço da disponibilidade hídrica ao sistema público de abastecimento de água no Município de Serra do Mel/RN.	-	2.000
Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM Vigência: 05/2010 à 05/2015. Objeto: Levantamentos Aerogeofísicos Magnetométricos e Gamaespectrométricos no Estado da Bahia	-	833
Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa - Vigência: 02/2016 à 02/2018 Objeto: Manutenção e a Ampliação da Rede Sismográfica Brasileira – RSBR, constituída pela Rede Sismográfica do Sul e do Sudeste do Brasil - RSIS	3.800	2.400
Universidade Federal do Rio Grande - Vigência: 12/2015 à 11/2017 Objeto: Realização de três campanhas de levantamento de dados geofísico e oceanográficos e coleta de amostras geológicas na região da Plataforma de Florianópolis e no Terraço de Rio Grande para avaliação da ocorrência de depósitos de fosforita dentro do Programa REPLAC	1.500	1.500
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 12/2016 à 12/2017 Objeto: Utilização do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Navio Vital de Oliveira" na realização de campanhas de levantamento de dados geofísicos e oceanográficos e coleta de amostras geológicas, oceanográficas e biológicas - Programa PROAREA e REPLAC	3.200	3.200
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 08/2018 à 08/2019. Objeto: Utilização do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Navio Vital de Oliveira" na realização de campanhas de levantamento de dados geofísicos e oceanográficos e coleta de amostras geológicas, oceanográficas e biológicas - Programa PROAREA e REPLAC.	2.000	-
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – Vigência 12/2016 à 12/2017 Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 Km quadrado, da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B-V), situada na região da baixada litorânea e parte da região metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro.	150	150
Total	10.650	10.083

Nota 10 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a grupos do Ativo Circulante, tais como Depósitos para Interposição de Recursos e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apresentou saldo de R\$ 25 e R\$ 51, respectivamente.

Nota 11 - Realizável a Longo Prazo

No Ativo Realizável a Longo Prazo estão registrados, sob o título de Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atualmente Agência Nacional de Mineração (ANM) e Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Minerais, Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.



	R\$ Mil	
	2018	2017
Financiamento à Pesquisa Mineral	20.892	11.732
Outros Créditos	5.452	5.892
Total	26.344	17.624

Nota 11.1 - Financiamento à Pesquisa Mineral

Como Financiamento à Pesquisa Mineral estão o Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, a Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Mineraias e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A Administração da CPRM, por meio do Ato 172/PR/2018, de 06 de junho de 2018, instituiu um Grupo de Trabalho (GT) para “definir as providências a serem tomadas para regularizar a situação referente ao item Financiamento à Pesquisa Mineral”. Conforme conclusão do Relatório construído pelo citado GT, encaminhado à Presidência da CPRM, através do Memorando 163, de 15 de outubro de 2018, do total de 25 (vinte e cinco) processos analisados, 18 (dezoito) foram tidos como inativos e com recomendação de baixa. Os demais processos, ou seja, 7 (sete), estão ativos e com a recomendação de que fossem retomadas as negociações com as empresas financiadas.

A partir do estudo acima, a Consultoria Jurídica da CPRM emitiu o Parecer COJUR/CPRM nº 02/2018, onde manifestou o entendimento de que não haveria óbice jurídico para que se procedesse à baixa e exclusão dos citados financiamentos concedidos e em complemento manifestou-se também, conforme Memorando 114/DICOTE-COJUR/2018 sobre a classificação dos riscos contratuais.

Destaca-se, conforme o citado Parecer, que os 18 (dezoito) processos analisados pelo Grupo de Trabalho foram constituídos com cláusulas de risco, significando que, nestes casos, a lei instituiu uma quota de risco, regulada pelo Decreto 66.522/70. Assim, se o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral/Agência Nacional de Mineração (DNPM/ANM) decidisse pelo arquivamento do relatório final de pesquisa (RFP) por inexistência de jazida, o beneficiário ficaria desobrigado de restituir o saldo do empréstimo, sendo este, considerado quitado.



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Considerando as explanações anteriores, a Administração da Companhia deliberou sobre a baixa, no final de 2018, dos seguintes financiamentos a receber:

R\$ Mil			
PROCESSOS	EMPRESAS DE MINERAÇÃO FINANCIADAS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PESQUISA MINERAL (PAFPM) – LEI 764/69, ARTS. 4º, 24 E 25.	CUSTO CORRIGIDO	PERDAS ESTIMADAS
Financiamento à Pesquisa Mineral			
814.541/70	MINERAÇÃO TIJUCA LTDA	595	553
801.944/73 827.110/72 827.109/72 818.938/72	MINERAÇÃO LEPREVOST & CIA LTDA	289	269
814.739/72	MINERAÇÃO AQUARIUS LTDA *	-	-
800.830/72	MINERAÇÃO NORDESTE DO BRASIL LTDA *	-	-
Pesquisa Avaliação de Depósitos Substâncias Minerais			
840.612/77	BODOMINAS METALURGIA IND S/A	1.763	1.656
805.655/76 805.656/76 812.561/76 812.557/76 812.558/76 812.560/76	OCA MINERAÇÃO (ATUAL BELO SUN MINERAÇÃO LTDA *)	-	-
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral			
801.035/76	MINERAÇÃO MORADA NOVA LTDA *	-	-
840.224/80	BODOMINAS METALURGIA IND S/A	2.322	2.182
820.292/72 820.291/72	MINERAÇÃO MORRETES LTDA	282	-
Total		5.251	4.660

(*) Processos baixados em exercícios anteriores.

No que diz respeito aos sete processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), a COJUR recomendou a seguinte classificação para os riscos contratuais que, consequentemente, deu conformidade aos ajustes das perdas, no Balanço da Companhia:

PROCESSOS	EMPRESAS DE MINERAÇÃO FINANCIADAS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PESQUISA MINERAL (PAFPM) – LEI 764/69, ARTS. 4º, 24 E 25.	RISCOS CONTRATUAIS (RECEBIMENTO)	CUSTO CORRIGIDO	PERDAS ESTIMADAS
003.499/35	EXDIBRA EXTRATÍFERA DE DIAMANTES LTDA	REMOTO	3.174	3.174
808.445/73 810.677/73	MINEPAR MINÉRIOS GASPAR LTDA.	POSSÍVEL	13.258	-
805.657/76 805.658/76 805.659/76 812.559/76	BELO SUN MINERAÇÃO (À ÉPOCA, OCA MINERAÇÃO/VERENA MINERAÇÃO LTDA)	POSSÍVEL	7.634	-
Total			24.066	3.174



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$ 20.892 em 31 de dezembro de 2018 e de R\$ 11.732 em 31 de dezembro de 2017, atualizados com juros contratuais que variam de 3% a 7% a.a., representam os valores totais de R\$ 24.066 e de R\$ 27.950, deduzindo-se R\$ R\$ 3.174 e R\$ 16.218, relativo à Provisão de Riscos Contratuais (perdas estimadas), respectivamente, conforme abaixo:

	R\$ Mil	
	2018	2017
Financiamento à Pesquisa Mineral	-	31
Pesquisa Avaliação de Depósitos Substâncias Minerais – Belo Sun/Exdibra/Minenar	20.892	10.917
Fundo Financeiro à Pesquisa Mineral - Exdibra	-	784
Total	20.892	11.732

Nota 11.2 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Realizável a Longo Prazo, tais como Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

Neste grupo também estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretroatável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na “escritura de cessão de direitos minerais”, firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM por escritura pública lavrada em 11/11/1993. Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética. O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 31/12/2018 é de R\$ 2.775, assim como o saldo credor da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Crédito por Concessão Direito de Uso/Exploração de Bens	2.775	2.775
Ajuste Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos Judiciais	2.335	3.404
Depósitos para Interposição de Recursos	2.449	1.750
Depósitos Compulsórios - Combustíveis	539	507
Depósitos Compulsórios - Veículos	88	82
Aplicação em Ativos	-	127
Outros	41	22
Total	5.452	5.892



Nota 12 - Investimentos

Os valores registrados como Investimentos correspondem a ações e títulos de natureza permanente, atualizados a valor patrimonial, principalmente, da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações e da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Ações de Outras Companhias	20	20
Total	20	20

Nota 13 - Imobilizado

Os elementos do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Sobre o atendimento às orientações da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia após término dos procedimentos de inventário geral de bens móveis poderá avaliar se há alguma indicação de que os bens sofreram desvalorização, como exemplo, evidência da obsolescência ou dano físico dos ativos imobilizados, considerando que terá fontes internas mínimas de informação e os bens poderão ser caracterizados como sujeitos ao reconhecimento de perdas.

O procedimento de Inventário citado acima obedece ao cronograma aprovado pela Diretoria Executiva, conforme Ata nº 1194, conseqüentemente, a execução desse inventário físico e emissão do referido relatório deverá ser concluído no 1º trimestre 2019, conforme Nota Técnica nº 001/2019/DEAMP/DIPATI.

A CPRM, em relação à estimativa de vida útil econômica e taxa de depreciação, considerando que antes à vigência da Lei nº 11.638/2007, e conseqüentemente, antes às orientações da NBC TG 27 (R4), a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, manteve, em 2018, os parâmetros vigentes, por meio do método linear, como segue:

Bens do Ativo Imobilizado	Estimativa de vida Útil	Taxa de depreciação
Máquinas e Equipamentos	Dez anos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	Cinco anos	20% a.a.
Móveis e Utensílios	Dez anos	10% a.a.
Veículos	Cinco anos	20% a.a.
Embarcações	Dez anos	10% a.a.
Imóveis	Vinte e Cinco anos	4% a.a.
Instalações	Dez anos	10% a.a.
Terrenos – Não depreciável		
Documentação, Objetos de Arte e Peças para Exposição – Não depreciável		



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia fará revisão das estimativas, se necessário, quando existir uma indicação confiável de mudança significativa desde a última data de Balanço.

Os saldos do Imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão assim representados:

	R\$ Mil	
	12/2018	12/2017
Imóveis de Uso Especial da União	75.913	75.913
Outros Imóveis	3.790	3.790
Terrenos	391	391
Instalações	940	900
Equipamentos de Operação	60.978	57.472
Máquinas e Utensílios de Escritório	13.087	11.704
Veículos	24.150	24.940
Equipamentos de Processamento de Dados	35.234	31.205
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.926	8.915
Imobilizações em Curso	2.645	5.875
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	426	426
Outros Equipamentos	19.038	18.925
Outras Imobilizações	6.278	4.975
Depreciações Acumuladas de Bens Imóveis	(15.461)	(14.046)
Depreciações Acumuladas de Bens Móveis	(111.415)	(100.305)
	124.920	131.080

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos em obras em andamento que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à manutenção das atividades da empresa, como galpões para a guarda de materiais e instrumentos destinadas à pesquisa geológica e hidrológica, laboratórios, edificações, salas, escritórios, litotecas, etc., ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado.

Complementarmente, a Administração da CPRM ressalta que desde a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adotou todas as rotinas contábeis, conforme enfoque patrimonial da Contabilidade Pública, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, referentes à movimentação do Ativo Imobilizado em todas as Unidades Gestoras.

Nota 14 - Intangível

São registrados no intangível a concessão de direitos de uso de comunicação e divulgação e outros valores incorpóreos. Os saldos do Intangível em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 representaram:



	R\$ Mil	
	2018	2017
Marcas e Patentes Industriais	-	1
Concessão Direito Uso Comunicação e Divulgação	-	378
Total	-	379

Em 2018, os valores foram baixados por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativo intangível.

Nota 15 - Fornecedores e Contas a Pagar

São registrados neste grupo as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia, e aquelas decorrentes de prestações de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, entre outras.

As obrigações com os Fornecedores e Contas a Pagar são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Regime de Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Contas a Pagar Credores Nacionais	8.937	11.312
Contas a Pagar Credores Nacionais – Intra OFFS	10	20
Fornecedores Nacionais	-	27
Total	8.947	11.359

Nota 16 - Financiamentos a Pagar

Os Financiamentos a Pagar no circulante correspondem a parcelas com vencimento até o término do Exercício referentes a contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados. Os saldos do Financiamento a Pagar no circulante representam R\$ 19 e R\$ 15 e no não circulante representam R\$ 292 e R\$ 264, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

	2018	2017
Empréstimos Externos Circulante	19	15
Empréstimos Externos Não Circulante	292	264

Nota 17 - Impostos e Encargos Sociais a Pagar

Estão registrados neste grupo os tributos e encargos apurados da Companhia, entre os quais Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, IPTU, INSS, FGTS, ISS entre outros.

	R\$ Mil	
	2018	2017
IPTU	32.235	26.540
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	7.491	8.163
Tributos Renegociados	1.813	1.592
INSS Contribuição sobre Salários e Remunerações	5.297	5.398
INSS	1.182	1.108
FGTS	2.007	189
ISS	45	70
Demais Tributos e Encargos	1.274	1.513
Total	51.344	44.573

Os valores correspondentes ao IPTU relativo ao Escritório do Rio de Janeiro referem-se à cobrança administrativa junto à Prefeitura local ou em cobrança amigável junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. Os valores lançados em Dívida Ativa judicial estão registrados como Provisão para Contingências. (Ver Notas 19 e 37).

O FGTS foi apropriado na competência e recolhido até a data de vencimento do mês seguinte.

A Companhia segrega os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB, no Passivo Circulante e no Passivo não Circulante. As renegociações acontecem, principalmente, de acordo com o estabelecido nas Leis nº 12.865/2013 e Lei nº 13.496/2017. Os saldos dos Tributos Renegociados contabilizado no Passivo não Circulante representam R\$ 15.578 e R\$ 17.047, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Tributos Renegociados a Longo Prazo	15.578	17.047
Total	15.578	17.047

Nota 18 - Férias e 13º Salário a Pagar

A Companhia registra as Férias e o 13º Salário pelo Regime de Competência.



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	R\$ Mil	
	2018	2017
Férias a Pagar	40.371	38.118
13º Salário a Pagar	-	-
Total	40.371	38.118

Nota 19 - Provisão para Contingências

A Provisão para Contingências foi constituída conforme situações futuras de perdas. Tais processos foram classificados como de riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia:

	R\$ Mil	
	2018	2017
Responsabilidade Civil	315	201
IPTU	55.650	52.895
Processo Administrativo Tributos Federais	-	1.674
Ações Trabalhistas	10.609	22.816
Total	66.574	77.586

Ressalta-se que as execuções fiscais - IPTU são referentes ao imóvel do Escritório do Rio de Janeiro. A Consultoria Jurídica/Divisão de Contencioso, atua para ter, reconhecida, a imunidade recíproca e a extinção dos débitos tributários através de ação declaratória. (Ver Nota 37)

A redução referente às ações trabalhistas é representada pela atualização dos valores de algumas ações e pelo efetivo pagamento, principalmente, dos Processos 58.2001.5.18.0003 – SENGE, R\$7.223.926,70, 7.2011.5.04.0008 – José Eduardo do Amaral – R\$ 1.498.564,60, 31.2008.5.04.0003 – Douglas Roberto Trinini, R\$ 1.321.041,63.

Nota 19.1 - Ações com Perdas Possíveis

Os processos classificados como perda possível pela Consultoria Jurídica resultaram em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 26.412.

	R\$ Mil
	2018
Ações de Responsabilidade Civil	2.388
Ações Tributárias	18.036
Ações Trabalhistas	5.988
Total	26.412



Nota 20 - Contas e Despesas a Pagar

São registrados valores a pagar, tais como Salários, Remunerações e Benefícios, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções Diversas, e outros.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Salários, Remunerações e Benefícios	14.456	908
Planos de Previdência e Assistência Médica	890	1.231
Retenções Sindicatos e Associações	7	9
Retenções Planos de Seguros	235	137
Outras Contas a Pagar	36	1.415
Total	15.624	3.700

Em 2018, os valores referentes a salários, remunerações e benefícios foram apropriados na competência (dezembro) e pagos até o quinto dia útil do mês subsequente.

Nota 21 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e seu resultado é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

As obrigações a pagar a título de Convênio com Entidades Diversas, na qual a Companhia é conveniente em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 5.155, sendo:

	R\$ Mil	
	2018	2017
Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC	839	839
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	258	1.494
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo	146	79
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	37	37
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	337	1.284
Departamento de Qualidade Ambiental e Resíduos	0	14
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC	1.907	2.184
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento – ADASA	520	-
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	1.111	5.495
Total	5.155	11.426

Nota 22 - Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar não relacionados a outros do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	R\$ Mil	
	2018	2017
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	704	815
Diárias a Pagar	746	869
Depósitos e Cauções Recebidos	211	226
Depósitos Retidos de Fornecedores	0	9
Indenizações, Restituições e Compensações.	10	53
Outros Credores	1	5
Total	1.672	1.977

Nota 23 - Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social integralizado no valor de R\$30.148, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

A composição acionária da empresa em 31 de dezembro de 2018 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de Ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	0	0	1.169	0	1.169	0
Fazenda do Estado do São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	0	116	0	232	0
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	6.015	0	6.015	2	12.030	0
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	0	0	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	0	0	0	1.202	0
Centrais Elétricas Norte do Brasil	0	0	233	0	233	0
Indústrias Nucleares do Brasil	23	0	0	0	23	0
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	0	0	0	200	0
Cia. Paranaense de Energia – COPEL	674	0	594	0	1.268	0
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	467	0	0	0	467	0
Cia. Rio-grandense Saneamento - CORSAN	233	0	0	0	233	0
Metais de Goiás S/A - METAGO	584	0	116	0	700	0
CESP - Cia. Energética de São Paulo	467	0	701	0	1.168	0
Cia. Rio-grandense de Mineração	39	0	0	0	39	0
Cia. Mato-grossense de Mineração - METAMAT	400	0	0	0	400	0
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	0	0	400	0	400	0
Total	2.631.150	100	317.022	100	2.948.172	100

Nota 24 - Reserva de Reavaliação

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet).

Em 2018, o valor da realização corresponde a R\$ 465 mil e teve como base os valores registrados como depreciação das benfeitorias nos imóveis de uso especial. O prazo máximo estimado para a total reversão da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 10 anos e 3 meses e para o imóvel de GO é de 20 anos e 6 meses.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Reserva de Reavaliação		
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	8.895	9.360
Total	21.901	22.366

Nota 25 - Prejuízos Acumulados

Nesta conta são registrados os resultados negativos acumulados da empresa.

Em 2018, a Companhia acumulou prejuízo de R\$ 61.369, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

	R\$ Mil	
	2018	2017
Prejuízo Acumulado	(61.369)	(68.357)
Total	(61.369)	(68.357)

Em 31 de dezembro de 2018, a conta Prejuízos Acumulados apresentou a seguinte composição:

	R\$ Mil
Lucros e Prejuízos do Exercício	9.962
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(68.357)
Reversão da Reserva de Reavaliação	465
Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.439)
Total	(61.369)



Nota 25.1 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Sobre ajustes de exercícios anteriores, a Companhia evidencia que o saldo total da conta, conforme registros no SIAFI, é de (R\$ 6.575). Isso em função do lançamento feito em fevereiro de 2018 correspondente às provisões passivas pertencentes ao exercício 2017, conforme Nota Explicativa 5 – Conciliação entre o Balanço Publicado e o SIAFI, parte integrante das Demonstrações Contábeis de 2017, reproduzida abaixo:

“5 Conciliação entre o Balanço Publicado e o SIAFI

Conforme descrito nas Notas 1.3.5 e 2.1.7, o relatório da Consultoria Jurídica da Companhia relativo às contingências trabalhistas, cíveis e tributárias foi recebido após a data do encerramento dos registros no SIAFI determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Como consequência, as variações contidas no relatório, que ocasionaram um aumento nas Provisões de Contingências em contrapartida ao resultado do exercício, e, posteriormente, aos Prejuízos Acumulados e que representaram os fatos ocorridos no Exercício não foram registrados no SIAFI 2017.

Portanto, de forma a permitir a representação adequada dos eventos da Companhia durante o Exercício de 2017 e seus reflexos no patrimônio da entidade, a Companhia apresenta uma conciliação entre o Balanço Patrimonial publicado e o apurado pelo SIAFI com base em 31 de dezembro de 2017.

Descrição	Nota	SIAFI	Ajuste	R\$ Mil
				Balanço Lei 6.404/76
	Explicativa		Extra-SIAFI	
Provisões para Contingências	1.3.5	74.450	3.136	77.586
Prejuízos Acumulados	1.5.3	(65.221)	(3.136)	(68.357)

A Companhia retificou, durante o exercício, erros referentes à classificação de contas contábeis de exercícios anteriores ao período de 2018. Tais erros resultaram em registros indevidos, principalmente, nas contas dos ativos intangível, imobilizado e imobilizações em curso.

Por tratar-se de ajustes de exercícios anteriores a 2017, torna-se impraticável a divulgação nas demonstrações dos exercícios afetados e, conseqüentemente, inviabiliza o atendimento as orientações da NBC TG 23, no que diz respeito a comparabilidade e o refazimento como se as práticas tivessem sido atuais e nunca tivesse ocorrido o erro, contudo, ressalta-se que em relação à materialidade, a incorreção não influenciou nem prejudicou os interessados pela informação contábil.

Os ajustes estão assim descritos por naturezas e valores:

	R\$ Mil
Ajuste referente à baixa de intangível	(379)
Ajuste referente à baixa de imobilizações em curso	(3.036)
Ajustes Diversos	(24)
Total	(3.439)

Em 2018, a Companhia regularizou o item Imobilização em Curso em função de lançamentos que não atendiam aos critérios de reconhecimentos de ativos.

Nota 26 - Receita Líquida de Serviços

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme evidenciado a seguir:

	R\$ Mil	
	2018	2017
Receita Líquida de Serviços	2.478	2.522
	2.478	2.522

Nota 27 - Custo dos Serviços Prestados

Os valores atribuídos aos Custos dos Serviços Prestados pela Companhia relativos aos serviços prestados conforme estudos *in loco* do LAMIN em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 1.010 e em 31 de dezembro de 2017 foram de 1.904.

Nota 28 - Recursos da União para Operações e Investimentos

A Companhia está incluída no Orçamento da União, recebendo recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R\$ 538.557, sendo R\$ 508.895 para operações do ano corrente e R\$ 29.662 para pagamento de despesas de Restos a Pagar.

Os recursos da União para operações referiram-se aos lançamentos efetuados nas contas de resultado no SIAFI, como repasses recebidos, transferências recebidas para pagamento de restos a pagar e transferências concedidas para pagamento de restos a pagar e destinaram-se a cobertura de gastos com pessoal e encargos sociais, juros da dívida e outras despesas correntes. Dessa forma, sem recursos destinados a investimentos, a CPRM não segregou, entre os recursos aportados pelo Tesouro, os destinados à receita de custeio daqueles recebidos para investimentos, conforme item 14 do Parecer nº 90/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF- DF, de 31 de julho de 2017.

Nota 29 - Despesas e Receitas Operacionais

Representam, basicamente, as despesas realizadas para a manutenção dos serviços da Companhia e outras receitas operacionais.



As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 31 de dezembro de 2018 tiveram a seguinte composição:

	R\$ Mil	
	2018	2017
Despesas com Pessoal	(313.239)	(328.024)
Encargos Sociais	(71.252)	(74.491)
Benefícios a Empregados	(1.100)	(1.372)
Plano de Previdência Complementar	(9.745)	(9.086)
Locação e Aquisição	(1.558)	(1.698)
Depreciação e Amortização	(13.581)	(16.550)
Despesas Tributárias	(4.372)	(7.202)
Serviços de Comunicação	(3.371)	(5.215)
Serviços Públicos	(3.883)	(3.089)
Manutenção	(8.492)	(6.642)
Serviços Profissionais Contratados	(119.102)	(112.541)
Materiais	(5.951)	(4.878)
Resultado com Ações Judiciais	(12.145)	(2.550)
Outras Despesas/Receitas	40.633	37.052
	(527.158)	(536.286)

Nota 30 - Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros e outros.

As Despesas e Receitas apuradas até 31 de dezembro de 2018 apresentam os seguintes valores:

	R\$ Mil	
	2018	2017
Despesas Financeiras	(4.362)	(4.739)
Receitas Financeiras	1.457	1.410
	(2.905)	(3.329)

Nota 31 - Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

A Companhia, conforme ajustes estabelecidos pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Lucro Real/Trimestral e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurou, a partir do seu resultado contábil, em 31 de dezembro de 2018, prejuízo fiscal no valor de 12.294 mil, não tendo IRPJ e CSLL a recolher no período.



Nota 32 - Resultado Líquido do Exercício

A Companhia apurou até 31 de dezembro de 2018, lucro contábil de R\$ 9.962, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O lucro contábil do período reduziu os prejuízos acumulados, conforme pressupõe o art. 189, da Lei 6.404/1976, onde “do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda”. Ver Nota 26

Nota 33 - Cobertura de Seguros

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos imóveis, conforme apólice nº 2333/0000059/96, vigência com início em 01/01/2018 e término em 06/01/2019, da MAPFRE Seguros, no valor segurado total de R\$ 71.752.

No caso dos ativos móveis (veículos), apólice nº 2342000107931, vigência com início em 01/12/2018 e término em 01/12/2019, também da MAPFRE Seguros, o valor segurado segue as coberturas contratadas e valores máximos de indenizações conforme a citada apólice.

Nota 34 - Remuneração de Dirigentes e Empregados

No exercício de 2018, a maior, menor e remuneração média mensal paga aos empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 26.779,19, R\$ 2.670,24 e R\$ 9.822,55, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2018 correspondeu a R\$ 26.660,86.

Nota 35 - Eventos Subsequentes – Provisões IPTU e IPTU a Pagar

Em 28 de janeiro de 2019, em relação às ações fiscais do IPTU, imóvel do ERJ (ver nota 19), a Consultoria Jurídica da CPRM, conforme Nota Técnica nº 006/DICOTE/COJUR/2019, informou que foi concedida a antecipação da tutela em face do Município do Rio de Janeiro, pelo Juízo da 30ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ, como segue:

“... Pelo exposto, defiro a tutela liminar para determinar a suspensão da exigibilidade do IPTU referente aos imóveis de propriedade da autora, obstando, inclusive, a inscrição destes em dívida ativa e que a Autora seja incluída ou permaneça em qualquer cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN)”.



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Assim, considerando para a apreciação da imunidade tributária recíproca pela via dos embargos à execução, bem como, considerando as inúmeras manifestações judiciais e, principalmente, a tutela concedida em face do Município do Rio de Janeiro, a Consultoria Jurídica/Divisão de Contencioso da Companhia considera que as demais execuções fiscais devem ser classificadas com o risco remoto para o exercício que se inicia.

A CPRM diante do fato ocorrido subsequentemente à data de encerramento do exercício e antes a elaboração e publicação, considerando que tem efeito relevante sobre a situação patrimonial, tributária, financeira e sobre seus resultados futuros, divulga. (Ver Notas 17 e 19)

Esteves Pedro Colnago
Diretor Presidente

Juliano de Souza Oliveira
Diretor de Administração e Finanças

Antônio Carlos Bacelar Nunes
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

José Leonardo Silva Andriotti
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Fernando Pereira de Carvalho
Diretor de Infraestrutura Geocientífica

Sheila Teixeira Ribamar
Contadora CRC-RJ 091010/O-6 S-DF
CPF. 074.688.177-07

